

**OS RELATOS DE VICENTE FERREIRA PIRES E DE JOHN M' LEOD SOBRE O DAOMÉ:
REPRESENTAÇÕES ATLÂNTICAS ENTRE DIPLOMACIA, CIVILIZAÇÃO E COMÉRCIO
(1796-1803)**

Raphael dos Santos Gonçalves¹

Resumo: neste artigo são analisados os relatos produzidos por dois viajantes que estiveram no reino do Daomé na virada do século XVIII para o século XIX: o sacerdote luso-baiano Vicente Ferreira Pires e o oficial militar inglês John M'Leod. A partir da análise comparativa dos dois relatos, contextualizados em suas condições de produção e de publicação, buscou-se demonstrar o potencial desses textos para o estudo historiográfico das relações diplomáticas entre o reino do Daomé e as nações europeias com quem negociava no comércio atlântico de escravizados. Buscou-se ainda demonstrar como os dois autores analisados, imbuídos de perspectivas eurocêntricas, explicitavam contradições do olhar europeu para o continente africano e revelavam, de forma inconsciente, aspectos da estrutura diplomática daomeana, habilmente construída por sua elite política.

Palavras-chave: Daomé; relatos de viagem; História Atlântica.

**VICENTE FERREIRA PIRES' AND JOHN M' LEOD'S TRAVEL BOOKS ON DAHOMEY:
ATLANTIC REPRESENTATIONS BETWEEN DIPLOMACY, CIVILIZATION AND TRADE
(1796-1803)**

Abstract: this article aims to analyze the books of two travelers who were in the kingdom of Dahomey during the turn of the 18th century to the 19th century: the Portuguese-Bahian priest Vicente Ferreira Pires and the English military officer John M'Leod. From the comparative analysis of their reports, considered in the context of their production and their publication, we seek to demonstrate the potential of such reports for the writing of the historiography of diplomatic relations between the Kingdom of Dahomey and the European nations with whom they negotiated within the Atlantic slave trade. We seek to demonstrate how the outsiders authors, imbued with Eurocentric perspectives, explained the contradictions of the European view of the African continent and revealed, albeit in an unconscious way, aspects of the diplomatic structure skillfully manipulated by the Dahomean elites.

Keyword: Dahomey; travel books; atlantic history.

¹ Graduado em História pela Universidade de São Paulo. Este artigo é produto de bolsa FAPESP (processo: 2018/11463-5). E-mail: raphaeldsgoncalves@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8553535586928743>.

Introdução

O escritor nigeriano Chinua Achebe encerra sua obra *O mundo se despedaça* com uma passagem em que um comissário inglês na Nigéria reflete acerca do livro que escreverá sobre seus anos como administrador colonial em África: “Enquanto percorria o caminho de volta ao tribunal, ia pensando em seu livro”, escreve Achebe, “O comissário, depois de muito pensar, já havia escolhido o título do livro: *A pacificação das tribos primitivas do Baixo Níger*”².

Com fina ironia, o autor nigeriano narra as expectativas por prestígio social e intelectual de um inglês em solo africano, ao fim de uma obra que demonstra, no campo da ficção, a forma violenta com que a ocupação colonial europeia “despedaçou” a organização político-social e a vida cotidiana na África Ocidental. Tal como sugerido na ficção de Achebe, há grande número relatos de viajantes, missionários e burocratas que tem o continente africano como tema.

A partir da segunda metade do século XVIII, a elite político-econômica europeia fomentou expedições ao interior da África, possibilitando a popularização dos relatos como produto no mercado europeu. A historiadora Érika Delgado aponta que os autores-viajantes operaram como instrumentos no projeto de dominação do mundo não-europeu. Segundo a autora, os viajantes foram investidos de um poder intelectual que os qualificava como autoridades para observar, descrever e julgar o “outro”. Com isso, os sujeitos africanos foram transformados em objeto do conhecimento sob um discurso marcado por sua violência epistemológica³. Diante dessa perspectiva, historiadores africanistas buscaram, ao longo das últimas décadas, refletir

² ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 230.

³ DELGADO, Érika Melek. Um viajante sentimental: uma análise dos diários de viagem de Mungo Park ao interior da África Ocidental. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2012, p. 3-9.

sobre o lugar desses documentos, enquanto produtos de um encontro violento e arrebatador, na escrita da História do continente africano.

Um artigo fundador, escrito pelos historiadores Adam Jones e Beatrix Heintze, em 1987, tornou-se referência para as discussões sobre esse gênero documental. Segundo os autores, a principal característica dos relatos de viagem é sua produção por agentes históricos que não compartilhavam dos valores e ideias das sociedades que descreviam e que, por isso, produziam narrativas que “ajustavam realidades africanas a categorias de pensamento que foram desenvolvidas fora da África”⁴. O registro da realidade através de filtros estrangeiros marca a crítica à utilização de tais fontes, entendidas como “eurocêntricas” – sem deixar de reconhecer que todo documento histórico é marcado por determinado filtro autoral.

A partir dessa primeira crítica documental, a historiografia africanista passou a apontar que, embora os relatos de viagem tenham sido produzidos por agentes externos e apresentem um discurso ideologizado e interessado, a crítica documental historiográfica continua possível. Para isso, os relatos deveriam ser analisados “em todos os níveis de discurso e em um entrecruzamento de informações”, além de serem contextualizados “para torná-los material útil para a reconstrução do passado”⁵. Nesse sentido, o historiador deve estar consciente do objetivo epistemológico de buscar nessas fontes os “sentidos históricos que possam nos ajudar na compreensão dos processos de elaboração do conhecimento sobre as sociedades africanas”⁶.

⁴ JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. *Paideuma*, v. 33, 1987, p. 2, tradução nossa. No original: “[...] had to fit African realities into thought categories which had been developed outside Africa”.

⁵ PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 27.

⁶ RIBEIRO, Elaine. O Daomé como um evento histórico. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexander L. de Almeida (orgs). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 372, 382.

O historiador português José da Silva Horta enfatiza o caráter de representação e de reconstrução do real dos textos europeus que retratam o africano. Para Horta, o observador-autor realiza sempre uma filtragem da realidade que “resulta de uma projeção de conceitos europeus sobre realidades africanas”, seja ao percepcioná-las, ao descodificá-las ou ao recodificar e traduzi-las ao seu público leitor⁷. Se há a utilização de “um código cultural de que só eles [europeus] são detentores”, cuja base é “uma matriz civilizacional de base ocidental cristã”⁸, conclui-se que o historiador que realiza seu trabalho através destes relatos lida tanto com dimensões da história africana, quanto da história europeia.

No entanto, é preciso relativizar essa perspectiva dicotômica e acompanhar a observação de Luis Nicolau Parés que sugere que o discurso dos viajantes, na maioria das vezes, é “resultado das interações de *uma ampla gama de atores*”, sendo composto por representações mediadas “pelos esquemas cognitivos daqueles que atuavam como seus *informantes e intermediários culturais*, africanos europeizados e europeus africanizados”⁹. Para o contexto do Daomé no século XVIII, por exemplo, no qual “os documentos escritos em árabe ou em línguas africanas são inexistentes [...]”¹⁰, as informações fornecidas por mediadores culturais africanos ou atlânticos aos viajantes podem sugerir caminhos para acessar múltiplas vozes e narrativas, em busca de uma história polifônica, que considera a história das experiências europeias

⁷ HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: Colóquio Construção e ensino da História de África, 1995, Lisboa. Actas... Lisboa: s. n., 1995, p. 195.

⁸ HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: Colóquio “Construção e ensino da História de África”, 1995, Lisboa. Actas... Lisboa: s. n., 1995, p. 190.

⁹ PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: 1ª ed., Companhia das Letras, 2016, p. 35, grifos nossos.

¹⁰ PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 26.

em África como parte de processos históricos africanos¹¹. Trata-se de reconhecer o papel dos informantes atlânticos na mediação cultural, ainda que os registros escritos favoreçam a ideologia europeia dominante.

Ao mencionar a “ideologia europeia”, é importante que forneçamos as balizas históricas do período analisado. A pesquisadora Mary Louise Pratt indica como, a partir da segunda metade do século XVIII, as viagens e expedições científicas europeias tornaram-se instrumento de expansão e “um dos mais poderosos aparatos ideacionais e ideológicos através dos quais os cidadãos europeus relacionaram-se com outras partes do mundo”, amparado por amplos recursos das elites comerciais e intelectuais do continente¹². A autora utiliza o termo “zonas de contato” (*contact zones*) para conceituar os espaços nos quais diferentes sujeitos e culturas interagiram em relações assimétricas de dominação.

Nesse contexto, os registros escritos das interações entre europeus e africanos passaram a apoiar-se em uma estrutura de conhecimento específica, a “história natural”, que partia de uma concepção do mundo como “caos” no qual o cientista produziria ordem. As ciências naturais foram mobilizadas como modelo para a implantação “progressiva e hesitante” das ciências sociais, que buscavam enquadrar os comportamentos e culturas humanas dentro de paradigmas científicos¹³. Assim, os relatos passaram a reivindicar seu valor científico enquanto

¹¹ Essa reflexão é feita por Ângela Barreto Xavier com relação à presença portuguesa na Ásia nos séculos XVI e XVII. Ver: XAVIER, Ângela Barreto. Prefácio. In: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. 1ª ed., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 9-13.

¹² PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. 1ª ed., Nova Iorque: Routledge, 2008, p. 23, tradução nossa. No original: “some of the most powerful ideational and ideological apparatuses through which European citizenries related themselves to other parts of the world”.

¹³ MUDIMBE, V. Y. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: _____. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo, Edições Mulemba, 2013, p. 34-35.

narrativas de experiências europeias no processo de conhecimento da África subsaariana.

Os viajantes eram, portanto, fornecedores de informações sobre o mundo não-europeu ao intelectual ocidental capaz de transformá-las em conhecimento. A historiadora Leila Leite Hernandez aponta os escritos do filósofo Friedrich Hegel (1770-1831) como exemplo do pensamento hegemônico e do discurso político-ideológico do período. Em sua *Filosofia da história universal*, a África é colocada como espaço a-histórico pois, em seus termos, o africano, selvagem e violento, não teria autonomia para transformar a realidade com base em “critérios racionais”, ou seja, produzir história. Segundo o filósofo alemão, trata-se do “país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente”¹⁴. Esse discurso, aqui exemplificado através de Hegel, transforma o africano em “símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior” e justifica à consciência europeia tanto o comércio de escravizados, quanto a violência colonialista¹⁵.

O filósofo congolês V. Y. Mudimbe aponta que essa nova base epistemológica que ganhou forma na Europa do século XVIII possibilitou o discurso que afirmava a marginalidade não-ocidental. Mudimbe identifica, então, nos relatos de viagem, não uma inventividade, mas uma tradição teórica já delimitada e instituída, de forma que “os exploradores apenas trouxeram novas provas que poderiam explicar a ‘inferioridade africana’”. Ainda assim, o filósofo identifica uma “novidade” nessa produção textual: o “fato de o discurso sobre ‘selvagens’ ser, pela primeira vez, um discurso em que *um poder político explícito pressupõe a autoridade de um conhecimento científico e vice-*

¹⁴ HEGEL, G. W. Friedrich. *Filosofia de la historia universal*, t. 1. Madri: Revista de Occidente, 1923, p. 190 e 192 *apud* HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 4ª ed., São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 20.

¹⁵ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 4ª ed., São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 19-21.

versa", formando um sistema político de poder-conhecimento bastante visível. Os textos legitimavam, através das representações construídas sobre África e os africanos, "o processo de inventar e conquistar um continente", abrindo-o aos interesses europeus¹⁶.

Nesta nota de pesquisa, são analisados, com base nas premissas metodológicas e contextuais apresentadas, dois relatos de viagem produzidos nesse contexto: *Viagem de África em o Reino de Dahomé*, de autoria do padre Vicente Ferreira Pires, e *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people* de John M'Leod. Ambos partem das experiências dos autores estrangeiros em uma mesma realidade africana: o reino do Daomé na virada do século XVIII para o século XIX.

Busco demonstrar como esses sujeitos estrangeiros, ao construir narrativas a partir de seus lugares históricos e de seus filtros culturais, produziram documentos históricos que devem ser analisados em suas múltiplas camadas. Ao mesmo tempo em que produzem leituras eurocêntricas da realidade africana, os relatos também revelam, quando analisados criticamente pelos historiadores contemporâneos, complexas estruturas político-comerciais daomenas. Sugiro que essa revelação involuntária se dá por dois motivos. Em primeiro lugar, porque os europeus, fornecedores de bens importados para a elite local, eram habilmente recepcionados e tratados por esta última, interessada nas vantagens do comércio atlântico. Em segundo lugar, porque os estrangeiros necessitavam de mediadores culturais e informantes locais, cujas visões de mundo e narrativas algumas vezes são entrevistas nos relatos.

¹⁶ MUDIMBE, V. Y. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: _____. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo, Edições Mulemba, 2013, p. 15-41, grifos nossos.

Com isso, procuro afirmar as potencialidades dos relatos para a compreensão historiográfica da diplomacia luso-daomeana. Nos tópicos seguintes, explano brevemente o perfil dos dois autores-viajantes e contextualizo a produção de seus relatos. Em seguida, aponto semelhanças e diferenças entre aspectos discursivos dos textos do sacerdote nascido na Bahia e do comerciante inglês. Por fim, faço uma análise comparativa sobre os valores que projetaram sobre o reino do Daomé e sobre as interpretações que construíram sobre as relações diplomáticas experienciadas – conscientemente ou não – no Golfo do Benim.

Análise: as contradições do olhar estrangeiro para o Daomé

Para compreensão das perspectivas de cada autor, é importante contextualizar, em primeiro lugar, suas identidades e seus interesses na publicação dos relatos de viagem. Vicente Ferreira Pires, natural de Salvador, iniciara sua carreira eclesiástica como sacristão da Igreja de São Pedro Velho. Após passagens malsucedidas no oficialato e na guarda fiscal, recebera o subdiaconato, o diaconato e o presbiterato no mesmo ano de 1793, habilitando-se para celebrar missas. Tendo “especial proteção do Príncipe Regente [Dom João VI], que lhe apreciava a inteligência e agudeza naturais”¹⁷, Vicente Ferreira Pires foi escolhido como um dos dois padres que receberam a missão de acompanhar, de volta ao Golfo de Benim, os embaixadores daomeanos que estavam em Lisboa em 1795.

Organizava-se assim a missão apostólica para o Daomé, com o objetivo de converter ao cristianismo o chefe daquele reino que era um dos principais fornecedores de escravizados para a América Portuguesa

¹⁷ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (comente.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. XXXV.

e onde a Coroa instalara, em 1721, o Forte de São João Batista de Ajudá, cuja administração e jurisdição cabia ao Governador da Bahia. Em 08 de abril de 1796 a missão apostólica partiu de Lisboa e, devido ao falecimento de seu companheiro em África, apenas Ferreira Pires retornou em fevereiro de 1798¹⁸ enviando ao monarca português como relatório da missão, em 1800, seu *Viagem de África*, buscando “mover favoravelmente o ânimo do Príncipe Regente à satisfação de seus desejos”¹⁹.

O inglês John M'Leod, por sua vez, tinha origem em uma nação europeia cujos interesses em África não estavam concentrados no Daomé. O próprio M'Leod escreveu que “a capital de nossos estabelecimentos em África”²⁰ era o *Cape Coast Castle*. Ao utilizar “nossos”, o autor referia-se à *African Company of Merchants*, companhia privada inglesa com privilégios comerciais que operava na chamada Costa do Ouro, região do atual Gana.

M'Leod apresentou-se em seu relato como um jovem oficial da Marinha inglesa que, durante o armistício de 1803 na Europa, aceitara “nomeação como Cirurgião de um navio partindo de Londres com destino à Costa da África, para atuar no comércio de escravos”²¹. O autor narrou que, estando em bons termos com o capitão do navio,

¹⁸ Para além do relato de Pires, com introdução escrita por seu comentador na edição de 1957, Clado Ribeiro da Lessa, informações sobre o contexto da viagem dos padres foram acessadas em: FURTADO, Júnia Ferreira. The eighteenth-century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens. *Atlantic Studies*, v. 11, n. 2, 2014, p. 256-276.

¹⁹ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 167.

²⁰ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 7, tradução e grifo nossos. No original: “the capital of our African settlements”.

²¹ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 1-10, tradução nossa. No original: “[...] an appointment as Surgeon of a Ship, bound from London to the Coast of Africa, in the Slave Trade.”

recebera proposta para gerenciar uma feitoria em Uidá, porto daomeano, enquanto aquele seguiria até Lagos para negociar.

Se aspectos de nacionalidade, de ocupação e de atividades realizadas em África diferenciam os autores, suas narrativas, por outro lado, apresentam semelhanças bastante consistentes. Enquanto o padre luso-baiano afirmou que realizara uma “fiel narração dos meus assíduos trabalhos” e descrevera “sucessos, usos e costumes daqueles Bárbaros povos”²², John M'Leod escreveu que fizera uma “pequena e simples relação de fatos [...] especialmente quanto à descrição dos selvagens”²³, com o objetivo de avaliar seu caráter. Esse aspecto descritivo estava relacionado às demandas na Europa por conhecimento “enciclopédico” sobre o mundo não-europeu que pudesse contribuir para o projeto classificatório da humanidade²⁴.

Com relação às fontes que legitimam as informações contidas em seus relatos, os dois autores lançaram mão de recursos diferentes para validarem-se. John M'Leod se valeu de informações obtidas em diálogos com administradores ingleses que atuavam há bastante tempo na região, como o governador do forte inglês em Uidá, Lionel Abson; e fez diversas menções a relatos de viagem anteriores, como aqueles de Archibald Dalzel, Robert Norris e Mr. Robertson. Sua relação com os relatos publicados por outros ingleses perpassa a harmonização entre aquilo leu e o que ele próprio viveu e experienciou em África, como sugerido por Jones e Heintze²⁵. Ao utilizar uma informação contida em Norris, por exemplo, escreveu que:

²² PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 3-4.

²³ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. iii, tradução nossa. No original: “a short and simple relation of facts [...] (more especially in the description of savages)”

²⁴ PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge, 2008, p. 26.

²⁵ JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. *Paideuma*, v. 33, 1987, p. 9-10.

Embora o Sr. Norris pareça ter sido um observador bastante preciso e inteligente, e tenha visto muito dessas pessoas, não posso deixar de pensar que ele esteja enganado quanto à prática [ausência de cuidado materno] ser geral, pois nunca vi ou ouvi falar de qualquer caso dela, pelo menos nesta vizinhança²⁶

Vicente Ferreira Pires, por sua vez, justificou inúmeras informações contidas no relato por sua “curiosidade” e seu desejo de conhecer, que o fizeram perguntar dúvidas a seus interlocutores, mencionando que

[...] falavamos com algumas pessoas da terra, e outros mulatos e pretos cristãos americanos, que por desgraçados, alí existiam [...] Destes, pois, e de outros que por naufragados alí deram à Costa, que de comum sempre nos acompanhavam na nossa choupana, talvez pela forma que padeciam, e [falta] de vestuário - deles inquirimos os usos e costumes mais célebres deste gentilíssimo, onde estávamos metidos²⁷

O trecho escrito por Pires confirma a existência de uma comunidade atlântica no Daomé, composta por sujeitos de diferentes origens: ex-escravos, africanos livres que dominavam línguas europeias, europeus que fundaram famílias em África. De acordo com Robin Law e Kristin Mann, esses grupos surgiram, nas zonas de contato atlânticas, devido à necessidade de redes comerciais confiáveis e de mediadores culturais que intermediassem os negócios entre europeus e africanos²⁸. A

²⁶ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 51-53, tradução nossa. No original: “Notwithstanding Mr. Norris seems to have been a very accurate and intelligent observer, and had seen much of these people, I cannot help thinking he must be mistaken as to the practice being general, for I never saw or heard of any case of it, at least in my neighbourhood”.

²⁷ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 86.

²⁸ LAW, Robin; MANN, Kristin. West Africa in the Atlantic community: the case of the slave coast. *The William and Mary Quarterly*, v. 56, n. 2, 1999, p. 307-334.

passagem evidencia a influência dos saberes e das experiências de sujeitos nascidos nas Américas, mas “africanizados”, na produção de seu relato de viagem. Ainda que trabalhassem com fontes de informação distintas, os dois autores têm em comum a especificação explícita daquilo que foi diretamente por eles observado, deixando evidente que apenas certa parte daquilo que foi relatado foi, de fato, testemunhado pelos autores.

Legitimados por suas leituras, diálogos ou observações, os dois autores fizeram juízos sobre o espaço visitado. Em primeiro lugar, destaca-se que ambos mobilizaram o léxico civilizacional com frequência ao longo de seus textos, especialmente através do estabelecimento de hierarquias entre as populações ou sujeitos observados. Ao realizar parada, ainda em sua viagem de ida, no Castelo de São Jorge da Mina, Ferreira Pires informou que aquele “Gentio” era “de todos o mais civilizado”, especialmente “pela boa união que fazem com os holandeses”²⁹. O mesmo tipo de argumento foi utilizado por John M’Leod ao elogiar um quadro administrativo daomeano por sua “afabilidade”, afinal “em sua juventude esteve muito conectado com a oficialidade [europeia], como um linguista”³⁰.

Observa-se, portanto, que há populações ou sujeitos africanos que, por seu contato direto com elementos europeus, foram valorizados por suas qualidades “civilizacionais”. No entanto, mesmo estes, continuavam abaixo da Europa – ideal civilizacional –, de tal forma que Pires achava fácil “observar a extravagante diferença que havia entre os nossos e os

²⁹ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d’África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 19.

³⁰ M’LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 36. No original: “[...] in his younger days been much connected with the officially, as a linguist”.

costumes daqueles bárbaros, e a selvagem maneira daquela infeliz raça”³¹.

Quanto ao reino do Daomé, em específico, os dois autores reconheceram-no como um poder local bastante influente, onde havia comércio organizado, governo e código de leis. Ainda assim, tratar-se-ia de um espaço de barbárie, estereotipado através de um vocabulário que apontava uma religiosidade cruel, um governo despótico e um nível de irracionalidade que afetava a lógica comercial.

Ainda que Pires localize alguma “prova de que este Bárbaro [rei] fazia uma espécie de governo, na boa ordem e economia para o seu Povo”³² e que John M’Leod identifique “Ministros de Estado” e uma gestão das cidades feita por “cabeceiras, ou magistrados, que regulam seus departamentos”³³, há ampla prevalência das descrições de barbárie, sob o que Luis Nicolau Parés conceitua como “discurso do fetiche”.

O conceito de “fetiche” é, de acordo com Parés, fundamental para compreender a “caracterização europeia da religiosidade africana” que embasa o discurso dos viajantes e, assim, informa a historiografia africanista. Surgida no século XVII e apropriada de diversas formas, a noção de “fetiche” foi utilizada, no discurso dos viajantes, para apontar de forma polissêmica objetos, deuses, comportamentos rituais e relações sociais africanas. Sua função ideológica consistia na denúncia dos sistemas sociais africanos como primitivos e irracionais. Assim, justificava os processos coloniais de dominação e de inferiorização do

³¹ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d’África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 53.

³² PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d’África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 67.

³³ M’LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 9, tradução nossa. No original: “caboccers, or magistrates, who regulate their own departments”.

africano. Para Parés, o discurso do fetiche revela a incapacidade europeia para compreender a complexidade ontológica presente nos sistemas cognitivos africano e, nesse caso, daomeano³⁴.

Excertos dos dois relatos revelam a complementaridade entre as visões de organização estatal e de barbárie que os europeus construíam para o Daomé. Ao descrever um dos “grandes que compõem a Corte”, o *Mingá*, Ferreira Pires apresentou-lhe como alguém que

[...] havia tido grande prática com os Estrangeiros, pois com os seus modos de tal forma cortes se inculcava. Contudo, eu trato da probidade inerente de um negro, e Secretário de negro Estado, que nem por isso deixava de ser honradamente um verdadeiro ladrão [...]³⁵

Apesar da menção à probidade do *Mingá* e à cortesia de seus modos, sua condição de homem negro limitava, na visão de Pires, o quão digno de elogios poderia ser. Assim como, ao tratar da recepção dos brancos em Abomé, sede do rei do Daomé, John M'Leod narrou que

Aparenta haver uma mistura extraordinária entre ferocidade e polidez no caráter dessas pessoas; embora terríveis e sem remorsos com relação a seus inimigos, nada pode exceder sua urbanidade e gentileza com relação aos estrangeiros³⁶.

Por mais polidos ou organizados que os sujeitos daomeanos se dessem a ver ao olhar estrangeiro – interessados em comerciar com estes

³⁴ PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 29-35.

³⁵ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 97.

³⁶ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 54-55, tradução nossa. No original: “There appears to be an extraordinary mixture of ferocity and politeness in the character of these people; though terrible and remorseless to their enemies, nothing can exceed their urbanity and kindness to strangers.”

fornecedores de bens importados –, sempre foram enquadrados nos estereótipos com que os europeus caracterizam o africano e que aparecem, por exemplo, no texto de Charles Linée: indolentes, fleumáticos e governados pelo capricho³⁷.

Análise: a estrutura diplomática daomeana sob o olhar dos viajantes

Compreende-se, portanto, que os dois autores reconheceram algumas estruturas e procedimentos observados *in loco*, mas também produziram denúncias e críticas aos modos daomeanos a partir das representações de barbárie que projetavam no espaço africano. É preciso lembrar-se que, nesse período, havia entre África e Europa um “vasto sistema de relações transcontinentais no qual os contatos diplomáticos têm papel essencial”, afinal os africanos eram “agentes e parceiros nos negócios do comércio escravista”, que ao longo do século XVIII alcançaram grande proporção em volume³⁸. As próprias atividades dos autores em questão – feitor em Uidá e missionário português no Daomé – revelam os vínculos comerciais e diplomáticos que marcavam as dinâmicas entre os espaços atlânticos. Devemos nos questionar, portanto, de quais formas Ferreira Pires e M'Leod, europeus em África, se inseriram nestas relações e nesta diplomacia e como as reconstruíram para seus leitores.

Os dois autores identificaram no Daomé estruturas, recursos e cargos específicos para o trato com estrangeiros. Destacam-se, nesse sentido, as menções ao *Avogá* ou *Yavougah*, apresentado por John

³⁷ PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge, 2008, p. 32.

³⁸ MACEDO, José Rivair. A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação política de um Estado em expansão na África Ocidental. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Portos Alegre, v. 3, n. 5, 2006, p. 111-112. MUDIMBE, V. Y. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: _____. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo, Edições Mulemba, 2013, p. 26.

M'Leod como "capitão dos homens brancos", tendo "as frotas e os estrangeiros diretamente sob sua jurisdição"³⁹; e as citações ao Meú ou Mahou que, em M'Leod era aquele "cuja função é receber e introduzir os estrangeiros [...] e cuidar deles durante sua estadia na corte, mantendo-lhes bem alimentados e hospedados [...]"⁴⁰ e, em Pires, era o "Secretário dos Negócios Estrangeiros [...] incumbido dos despachos da repartição dos Estrangeiros ou brancos, que vale o mesmo"⁴¹. Se a bibliografia demonstra a existência, de fato, dos dois cargos na estrutura política do Daomé, é importante notar como os dois viajantes foram intermediados pelos mesmos atores políticos, reconheceram neles funções específicas e projetaram neles categorias políticas europeias como "ministros", "capitão", "governador" ou "secretário".

A diplomacia atlântica também está evidentemente demonstrada quando os dois autores descrevem as relações entre os governadores dos fortes europeus e o rei daomeano. A movimentação de embaixadas do Golfo do Benim para a América Portuguesa é bastante conhecida e estudada⁴², no entanto, os relatos revelam motivos pelos quais poucas embaixadas europeias ocorreram com destino ao Golfo. Ferreira Pires registra que, durante festividades ocorridas em Abomé, "os três governadores das fortalezas de Gregué [Uidá], [...] têm assento à direita

³⁹ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 34, tradução nossa. No original: "from having the shipping and strangers more immediately under his jurisdiction".

⁴⁰ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 41-42, tradução nossa. No original: "whose office it is to receive and introduce all strangers [...] and also to take care of them during they stay at court, and to see them well fed and lodged [...]".

⁴¹ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 99.

⁴² O texto pioneiro e fundamental para estudo de tais embaixadas é: VERGER, Pierre. *Embaixadas dos reis do Daomé e dos países vizinhos para a Bahia e Portugal*. In: _____. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 3ª ed., São Paulo: Corrupio, 1987, p. 258-292.

do Rei” e a ele oferecem presentes⁴³. Trata-se, portanto, da utilização dos diretores dos fortes como representantes político-comerciais das nações europeias – Portugal, Inglaterra e França –, indo até a capital, no interior do Daomé, para prestigiar e presentear o *dadá*⁴⁴. John M'Leod complementa tal perspectiva ao afirmar que, junto aos governadores dos fortes, os capitães dos navios vão à Abomé e “aproveitam essa oportunidade para prestar seus respeitos ao rei” e “carregam com eles alguns presentes como rolos de seda ou outro artigo desejado”⁴⁵.

Se havia um momento ritual e uma disposição diplomática europeia para tratar diretamente com o rei do Daomé, este também cumpria seu papel diplomático ao convidar os governadores “para lhes dar uma esplêndida Mesa, servindo aos Europeus um negro cozinheiro ensinado pelo estilo da Europa [...]”, em um banquete com roupa de mesa, garfos e facas polidos – embora nunca utilizados pelos daomeanos – tudo “providenciado com hospitalidade oriental”⁴⁶. A menção ao estilo europeu do banquete e a “raridade” com que tal arranjo acontecia demonstra como os daomeanos articulavam-se para uma recepção planejada dos estrangeiros e, mais do que isso, como os próprios estrangeiros reconheciam essa prática diplomática.

⁴³ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 46.

⁴⁴ *Dadá* era o termo pelo qual os daomeanos se referiam ao seu chefe político. Os próprios *dadás* assinavam suas missivas como “rei do Daomé”. Portanto, utilizamos os dois termos no estudo da diplomacia atlântica, com o primeiro acentuando a dimensão local e o outro enfatizando o encontro atlântico. Ver: SILVA, Alberto da Costa e. A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos [...]. n. 28, *Afro-Ásia*, Salvador, 2002, p. 253-294.

⁴⁵ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 43-44, tradução nossa. No original: “usually take this opportunity of paying their respects to the king” e “carry with them likewise some present, such as a roll of silk, or other convenient and suitable article”.

⁴⁶ PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957, p. 50.

Se havia uma diplomacia organizada e estabelecida em fins do século XVIII, John M'Leod evidencia como esses laços poderiam ser mobilizados como forma de barganha e ameaça no jogo comercial. Ao ser confrontado em seus interesses e intimado pela elite daomeana, ele expôs que

desvantagens resultariam ao Daomé por seus procedimentos injustos e arbitrários, sendo natural esperar que os homens brancos procurariam o comércio em outras paradas, onde não fossem sujeitos a vexações e opressões⁴⁷.

Assim, se a diplomacia abria, por um lado, canais para as negociações comerciais, ela também dava margem a críticas.

Portanto, se observamos as menções à diplomacia, que conecta de igual para igual agentes comerciais europeus e africanos, descobrimos também ruídos surgidos a partir do desencontro cultural e de dinâmicas econômicas em transformação como, por exemplo, o aumento da concorrência com outros portos no Golfo, como Onim e Porto Novo que consolidavam-se no início do século XIX⁴⁸ e colocavam a elite daomeana em posição desfavorável diante dos compradores e visitantes estrangeiros.

Conclusão

Nesta nota de pesquisa desenvolvi alguns exercícios analíticos e comparativos dos relatos de viagem de Vicente Ferreira Pires e de John

⁴⁷ M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820, p. 111, tradução nossa. No original: "disadvantages which must result to the country itself from such arbitrary and unjust proceedings; it bein natural to expect that white men, under existing circumstances, would abandon Dahomy, and seek for trade among other people, where they were not subject to such vexation and oppression [...]"

⁴⁸ SILVA JR., Carlos da. Interações atlânticas entre Salvador e Porto Novo (Costa da Mina) no século XVIII. *Revista de História*, n. 176, 2017, p. 32-35.

M'Leod a fim de compreender seus discursos e as informações que disponibilizam sobre suas experiências no atlântico. Também busquei verificar os sentidos históricos que estes autores estrangeiros atribuíram ao que, contemporaneamente, consideramos como diplomacia luso-daomeana.

Partindo do pressuposto de que estes relatos foram produzidos por sujeitos estrangeiros que construíram representações específicas sobre a realidade africana, demonstramos que os textos contêm informações trazidas por mediadores culturais da comunidade atlântica, ainda que manipuladas e enquadradas em um discurso que visava à justificação do projeto político-comercial europeu. Os dois autores foram informados sujeitos de diferentes origens que habitavam o Daomé e precisaram de mediadores atlânticos para alcançar seus objetivos político-comerciais em África.

Inseridos no espaço atlântico, ambos descreveram um reino africano vinculado às suas dinâmicas e sistemas cognitivos locais, mas que também preparava habilmente estruturas para o negócio atlântico. Os dois autores traduziram essa realidade complexa hierarquizando os sujeitos daomeanos conforme seu vínculo com os europeus, supostos detentores da “civilização”.

Nesse sentido, tanto o sacerdote nascido na Bahia, quanto o comerciante inglês logo identificaram funcionários incumbidos do trato político-comercial com estrangeiros. Os dois ainda apontaram situações em que práticas diplomáticas entre daomeanos e europeus eram realizadas: no trato realizado pelos diretores dos fortes europeus com o *dadá*, nos banquetes “à moda europeia” servidos aos visitantes e nas constantes negociações baseadas no interesse comercial mútuo.

Os dois autores, distintos em origens e interesses político-comerciais traduziram os arranjos diplomáticos daomeanos a partir das categorias que lhes eram disponíveis, características do discurso civilizatório

européu. Recepcionados e tratados como estrangeiros – que representavam acesso ao comércio atlântico – experimentaram e descreveram as organizadas estruturas diplomáticas do reino daomeano. Não puderam negar completamente a existência de complexas estruturas políticas e comerciais no Daomé, reduzindo o reino africano a um ideal de irracionalidade.

Ao estudioso das relações diplomáticas, as perspectivas de um dos polos negociadores são elementos valiosos para compreender a historicidade da diplomacia luso-daomeana. Para o historiador africanista, elas integram “uma produção de conhecimento sobre o Daomé que acabou criando legados epistemológicos devido aos seus diversos usos ao longo do tempo”⁴⁹ e que nos permite compreender e historicizar a construção de conhecimentos sobre este reino africano.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELGADO, Érika Melek. Um viajante sentimental: uma análise dos diários de viagem de Mungo Park ao interior da África Ocidental. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338515149_ARQUIV_O_ErikaMelek_Anpuh_2012.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.
- FURTADO, Júnia Ferreira. The eighteenth-century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens. *Atlantic Studies*, v. 11, n. 2, 2014, p. 256-276.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 4ª ed., São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objecto de carneira: as representações. In: Colóquio Construção e ensino da História de África, 1995, Lisboa. *Actas...* Lisboa: s. n., 1995, p. 189-200.
- JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. *Paideuma*, v. 33, 1987, p. 1-17.
- LAW, Robin; MANN, Kristin. West Africa in the Atlantic community: the case of the slave coast. *The William and Mary Quarterly*, v. 56, n. 2, 1999, p. 307-334.

⁴⁹ RIBEIRO, Elaine. O Daomé como um evento histórico. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexander L. de Almeida (orgs.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 393.

MACEDO, José Rivair. A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação política de um Estado em expansão na África Ocidental. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Portos Alegre, v. 3, n. 5, jul./dez. 2006, p. 111-127. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/issue/view/3679>. Acessado em: 12 jul. 2021.

M'LEOD, John. *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*. Londres: John Murray, 1820.

MUDIMBE, V. Y. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: _____. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo, Edições Mulemba, 2013, p. 15-41.

PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment.). *Viagem de África em o Reino de Dahomé: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1957.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

RIBEIRO, Elaine. O Daomé como um evento histórico. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexander L. de Almeida (orgs.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 368-393. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Estudos-Africanos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SILVA, Alberto da Costa e. A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 28, 2002, p. 253-294. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21050>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SILVA JR., Carlos da. Interações atlânticas entre Salvador e Porto Novo (Costa da Mina) no século XVIII. *Revista de História*, n. 176, 2017, p. 1-41. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/113621>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 3ª ed., São Paulo: Corrupio, 1987.

XAVIER, Ângela Barreto. Prefácio. In: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 9-13.

Recebido em 09/07/2021 e aprovado em 11/08/2021.